

Estradas e habitação popular vão ganhar US\$ 4 bi

Geraldo Magela

Em clima de otimismo, o presidente Itamar Franco encerrou, ontem à noite, o segundo e último dia da reunião geral do seu ministério com uma definição clara da política econômica: em 1993, o governo aplicará US\$ 4 bilhões em programas sociais "compensatórios" à recessão da fase Collor — US\$ 1,5 bilhão na construção de casas populares e mais US\$ 2,5 bilhões para recuperar as estradas. São programas que absorvem mão-de-obra e a meta é criar, pelo menos, 1 milhão de empregos neste próximo semestre.

As metas globais também ficaram definidas: a política econômica, alvo de incertezas com a saída de Gustavo Krause — que se manteve distante de Brasília ontem, confraternizando com amigos boêmios em Recife —, continuará gradualista. Os juros caem, mas lentamente, como o ministro Paulo Haddad pregava. Choque, nem pensar. A Agência Estado também revelou ontem que Itamar havia recebido proposta do ex-ministeriável Paulo Nogueira Batista Jr. para repudiar o projeto de acordo da dívida externa. O Presidente, conforme fonte do Palácio, disse que vai "honrar todos os compromissos externos", mas aguardará o impeachment para votar o acordo no Senado Federal.

O governo quer chegar também ao final do próximo ano com uma receita de US\$ 50 bilhões nas exportações, que hoje estão no patamar de US\$ 36 bilhões.

Para que o País volte a crescer, Itamar Franco autorizou ainda a área econômica a fazer acordos setoriais com a iniciativa privada, primeiro com a indústria automobilística e a agroindústria, para fixar metas de produção, emprego, investimento, produtividade e exportação. Em troca, o governo promete reduzir gradualmente a carga tributária, criar linhas de crédito específicas e promover desregulamentação para o setor, conforme informou ontem o ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad.

Antes do início da segunda etapa da reunião ministerial, ontem, Haddad contou que Itamar garantiu que na sua administração não haverá qualquer tipo de choque econômico, incluindo medidas como confisco, prefixação de preços e salários, congelamentos e dolarização. "O Presidente quer garantir que enquanto estiver à frente da Presidência da República a população não amanhecerá surpreendida com atos unilaterais do Poder Executivo, quebrando regras contratuais ou que atinjam interesses patrimoniais do cidadão", afirmou Haddad.

Pobreza — O ministro também disse que o Presidente em exercício está incomodado e angustiado com o estado de pobreza absoluta existente no País, que já atinge 45% da população brasileira, conforme os indicadores sociais disponíveis. Segundo Haddad, Itamar determinou a seus ministros que levem em consideração as "desigualdades sociais", quando definirem suas ações na áreas econômica, política, institucional e administrativa, porque a "pobreza avançou e se aprofundou" nos últimos anos no País.

De acordo com o ministro, "o fenômeno das desigualdades sociais" será incorporado também na formulação das tarifas dos serviços públicos. Haddad lembrou que o governo já está dando demonstração deste compromisso, porque na sexta lançou a "carta social", que custará metade da tarifa de uma carta simples. O preço da carta social será mantido até o dia 21 de janeiro. Depois, passará a ser reajustada somente quando houver alterações no salário mínimo. Itamar, continua o ministro, também estendeu para o salário mínimo as vantagens de antecipações bimestrais.

Todos os serviços e bens de consumo produzidos por estatais terão descontos para a população de baixa renda.

Para coordenar a segunda parte da reunião Itamar chegou ontem ao Palácio do Planalto pouco antes das 14h00.



Itamar saiu feliz da reunião ministerial, após ouvir relatos claros de programas contra a recessão